Trazer à vida a pauta de 2002 como geração de democracia na Amazônia

Bringing to life the 2002 agenda as a generation of democracy in Amazonia

DOI: 10.46814/lajdv3n2-009

Recebimento dos originais: 23/12/2020

Aceitação para publicação: 26/02/2021

Ivânia Maria Carneiro Vieira

Professora Associada I na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC-UFAM); Dr^a em Processos socioculturais da Amazônia.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: ivaniavieira04@gmail.com

RESUMO

Aspectos das políticas públicas de gênero na Amazônia brasileira são abordados neste texto tendo como elementos de reflexão as noções de democracia incompleta, democratização do Estado, e de centro e periferia, formuladas, respectivamente, por Sônia Draíbe (2014), Maria Lúcia da Silveira (2003); e Marcílio de Freitas e Marilene Corrêa da Silva Freitas (2000). Trata-se de exercício de observação do arcabouço democrático vigente na Região Amazônica e o grau de inclusão da agenda reivindicada por mulheres indígenas, em 2002, no eixo de lutas dos povos indígenas pela implantação de políticas sociais em comunidades indígenas amazônicas. A proposta é problematizar a ideia de políticas públicas de gênero na Amazônia a partir da agenda formulada no 1º Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia; parametrizar as políticas públicas de gênero e o alcance por mulheres e comunidades indígenas; e apresentar indicadores relacionados ao cumprimento da função institucional como agência promotora de inclusão social, de gênero e de direitos.

Palavras-chave: Políticas Públicas e Democracia, Indígenas, Narrativas Amazônicas.

ABSTRACT

Aspects of gender public policies in the Brazilian Amazon are addressed in this text using as elements of reflection the notions of incomplete democracy, democratization of the State, and center and periphery, formulated, respectively, by Sônia Draíbe (2014), Maria Lúcia da Silveira (2003); and Marcílio de Freitas and Marilene Corrêa da Silva Freitas (2000). This is an exercise in observing the democratic framework in force in the Amazon Region and the degree of inclusion of the agenda claimed by indigenous women, in 2002, in the axis of indigenous peoples' struggles for the implementation of social policies in Amazonian indigenous communities. The proposal is to problematize the idea of gender public policies in the Amazon from the agenda formulated at the 1st Meeting of Indigenous Women of the Amazon; to parameterize gender public policies and outreach by indigenous women and communities; and to present indicators related to the fulfillment of the institutional function as an agency promoting social inclusion, gender, and rights.

Keywords: Public Policies and Democracy, Indigenous, Amazonian Narratives.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de democracia está plantada em terra vasta. Ora o solo é fértil ora é árido. Abriga percepções formuladas ao longo da história da humanidade sobre a condição democrática nas tradições teóricas, no valor e no método, (BOBBIO, 1986, p. 329), corporificadas em debates nos espaços públicos e privados, ensinadas para reafirmá-las ou negá-las em diferenciados níveis e espaços. “Democracia virou tudo de bom. Uma ditadura de direita, como a brasileira, se dizia democracia ocidental e cristã ou, num momento sincero, ‘democracia relativa’. Ditaduras comunistas eram democracias populares”, escreve Renato Janine Ribeiro.³

Em Bobbio (1996, p. 320), democracia é problema antigo tanto no que a caracteriza quanto na produção de importância e de desimportância do regime. Imbricada a ela está a reflexão sobre a noção das coisas da política “reposta e reformulada em todas as épocas”. Ao discorrer a respeito dos elementos da democracia formal e da democracia substancial, o autor apresenta significados distintos entre as duas ideias de trato da democracia – democrático, escolhido pelo defensor, e não democrático, escolhido pelo adversário. Para Bobbio, o único ponto sobre o qual uns e outros poderiam convir é que a democracia perfeita - que até agora não foi realizada em nenhuma parte do mundo, sendo utópica, portanto – deveria ser formal e substancial. E assinala: “ambos são legítimos, historicamente, ressaltando o fato de a legitimidade histórica não autorizar nenhuma ilação sobre a eventualidade de terem um elemento conotativo comum (1996, p.329).

Compreender as graduações da democracia nas diferentes regiões do Brasil se constitui no desafio permanente da palavra idealizada para ganhar concretude no âmbito do município, do estado, da federação. Maria Lúcia da Silveira (2003), traz à cena a democratização do Estado que para se tornar efetiva exige situar as políticas públicas de gênero no patamar da igualdade possibilitando que esses mecanismos atuem como um dos parâmetros de acolhimento das diferenças ou da diversidade. Há uma imagem de democracia prevalente e de políticas públicas e de políticas públicas de gênero. Na Amazônia urbana e mais profunda, a imagem viola a realidade de uma e das outras.

Ao mesmo tempo, as políticas públicas e as políticas públicas de gênero requerem atenção no percurso de desenvolvimento. Um dos aspectos pontuados por Maria Lúcia da Silveira refere-se às armadilhas que podem ser produzidas para confundir as funções das instituições nas diferentes esferas de governo responsáveis pela formulação e execução de políticas destinadas a alterar a lógica das desigualdades de gênero e do movimento social no protagonismo de suas reivindicações.

Democracia e políticas públicas devem caminhar amarradas. Em síntese, nas conceituações sobre o tema, está a denominação mais recorrente: as políticas públicas são um conjunto de ações do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses (FARAH, 2004, p. 47)). Estão como substâncias do que o governo faz e qual percurso, ritmo e maneiras tece para

a realização e o alcance desses programas. As políticas sociais são parte das políticas públicas. Draíbe (1993) ao estudar as experiências neoliberais latino-americanas em políticas sociais, apresenta questões fundamentais nos debates atuais sobre o neoliberalismo, agendamento e direitos sociais. A pesquisadora considera que as políticas e programas do Estado de bem-estar social foram elaboradas para corrigir situações de desigualdade, pobreza e perda de renda, “aquelas tipicamente geradas pela economia de mercado” nas suas oscilações e crises.

A privatização dos serviços sociais públicos é um dos aspectos problematizados por Draíbe (p.97) ao abordar os deslocamentos da produção e distribuição de bens e serviços públicos para o setor privado não-lucrativo composto por associações de filantropia, organizações comunitárias e de um elenco de novas formas de organizações não-governamentais. Os atos da agenda neoliberal em execução impactam diretamente a democracia, as políticas públicas e aquelas destinada às mulheres. Na lista de serviços sociais públicos laçados pela privatização no quadro confeccionado há 28 anos estão:

- a transferência (incluindo a venda) para a propriedade privada de estabelecimentos públicos;
- a cessação de programas públicos e o desengajamento do governo de algumas responsabilidades específicas (“privatização implícita”); reduções (em volume, capacidade, qualidade) de serviços publicamente produzidos, conduzindo a demanda para o setor privado (“privatização por atribuição”);

- o financiamento público do consumo de serviços privados, por meio da contratação e terceirização, reembolso ou “indenização” dos consumidores, *tickets* e “vales” com pagamento direto aos provedores privados, etc;

formas de desregulação ou desregulamentação que permitem a entrada de firmas privadas em setores antes monopolizados pelo governo (Starr, 1989, citado por DRAÍBE, 1993, p.98).

Pensar sobre a democracia e o efeito da ditadura benevolente é caminho reclamado nos diálogos a respeito de políticas públicas de gênero. Na Amazônia, é demanda fundamental. Precisa ser cada vez mais percorrido, criticamente, tanto nos estudos que envolvem os modelos de governança e suas interfaces com as políticas públicas, quanto por meio das radiografias produzidas pelas tensões geradas por movimentos e coletivos feministas latino-americanos e brasileiros. A disposição de ver, compreender e vigiar é atitude a exigência na acadêmica e nos movimentos sociais, ecofeministas e de mulheres em busca de percepção mais transparente sobre os arranjos destinados a cumprir outros tipos de agendamentos local/mundial.

Draíbe (p.100), assinala que o reconhecimento das alternativas socialmente progressistas de reordenamento das políticas sociais não pode suprimir a crítica ao enfoque seletivo e focalização, principalmente quando dissociado de controles e garantias públicas e associado a práticas privatizantes

stricto sensu. A autora chama atenção ao risco de aprofundar a segmentação da cidadania que pode ocorrer por meio da duplicidade da política social: “uma política para os pobres (em geral, uma pobre política) ao lado de uma política para os ricos (em geral, rica, sofisticada e muitas vezes também financiada com recursos públicos)”.

2 AMAZÔNIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A integração da Amazônia ao Brasil foi e é ‘problema’ para os diferentes idealizadores da proposta em diferentes tempos. Um processo marcado por atos arbitrários que vão desde a abertura de estradas (Belém-Brasília, em 1961), apropriação e concessão da terra a latifundiários, destruição de rios e lagos, extração ilegal de madeiras e minérios. Saques contínuos como parte da lógica de poder administrativo-político que consolida um dos maiores e mais danoso projeto de tutela das coisas públicas de uma região nacional e de seus povos.

É no contexto do golpe de 1964 e do governo militar com duração de 21 anos que um programa voltado para a Amazônia ganha corpo. Violeta Loureiro (2014), o nomina de conjunto de políticas públicas de apoio a determinadas atividades econômicas, por meio de mecanismos manejados para privilegiar a acumulação do capital e excludentes em relação às classes subordinadas da sociedade nacional.

Dois aspectos dessa proposta de políticas públicas na Região Amazônica são apresentados por Violeta Loureiro. Um, o que trata das ações destinadas ao Sul, beneficiando setores da indústria pesada e a atividade econômica agroindustrial, que responderiam pela modernização e a industrialização do campo. O outro, as do Norte, com o programa “Operação Amazônia”, de 1966, deflagrador do processo de ocupação da região pela burguesia nacional e pelo capital internacional. “E, para a sua viabilidade, são gestadas formas autoritárias de administração da sociedade civil que passa a ser rigidamente controlada pelo Estado” (p.75).

Lançada antes da expressão *cidadania* moderna se tornar parte dos dispositivos de construção de significados do discurso social/oficial, a noção de não-cidadania sobre os povos amazônicos remete aos registros das impressões da maioria dos primeiros cronistas europeus em suas incursões pelo novo mundo. Os primeiros relatos impõem ao mundo a ideia de raças inferiores em contraponto a raça superior, a europeia (FREITAS PINTO, 2012, p.14) que permanece ativa, circulante nos ambientes acadêmicos e reapresentada nas pesquisas, é embutida no receituário democrático que, em conjunto com agências multilaterais, formulam propostas também de políticas públicas a segmentos sociais da Amazônia.

É nessa modelagem que índios, negros e caboclos têm sido os grupos mais atingidos e antagonizados pelo projeto de desenvolvimento proposto para a região. “Eles têm sido considerados,

desde o início, como estorvos ao desenvolvimento”, afirma Violeta Loureiro (p.353). No caso dos povos indígenas, o Estado os considera primitivos, portadores de cultura e de forma de vida inferiores e que, por isso, não merecem ser preservadas; quando eles reagem, o Estado os enxerga, mas, no cotidiano os considera como elementos invisíveis, administrando em relação a eles uma política de permanente ocultamento (p. 360).

Os não-cidadãos do Estado brasileiro na Amazônia não estão paralisados, podem ser sufocados, alguns esmagados por rodas de tratores e balas de fogo com alvos certos. Resilientes, enfrentam a política da invisibilidade e o projeto integracionista que, em linhas gerais, são parte da mesma ação. Na segunda metade do Séc. XX, a partir dos anos de 1970, inúmeras organizações, resultantes das experiências de luta de homens e mulheres nos territórios amazônicos, foram criadas: as pastorais sociais vinculadas à Igreja Católica, associações de pescadores, de defensores de lagos, de agricultores, de catadoras e catadores de coco e sementes, de mulheres da floresta... compondo uma rede social de mobilização política por direitos humanos e de garantias à sociobiodiversidade amazônica.

Os povos indígenas desde os anos de 1980 criaram instâncias próprias de representação na defesa de seus territórios, de suas culturas e de outros direitos e, com eles, as mulheres indígenas botaram a cara na rua do mundo. Passaram a apresentar reivindicações próprias e forjar, dentro do movimento indígena e das organizações criadas, espaços de atuação, como o Departamento de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazonas Brasileira (DMI-COIAB), e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), criados em 2002, um dos resultados do 1º Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, realizado em Manaus. Instâncias de representação das mulheres indígenas já existiam na região desse os anos de 1980, é o caso da Associação de Mulheres Indígenas do Rio Negro (AMARN) e da Associação de Mulheres Indígenas Saterê-Mawê (AMISM).

A lógica das políticas operadas pelo Estado para a região expõe a experiência democrática na Amazônia. Prevaecem os instituidores do regime de exceção como pilares de tipo de desenvolvimento e de inclusão que necessitam ser revisados e narrados, cada vez mais, na primeira pessoa, pelas vítimas de tais condutas e em outras narrativas justas e solidárias. São formulações de políticas sociais que operam com vestígios da ditadura benevolente numa democracia fragilizada e que ignora a devida audiência aos povos habitantes dessa parte do território nacional.

Os grupos econômicos e políticos com negócios na Amazônia, na visão de Violeta Loureiro, são impostos ao conjunto da sociedade amazônica como sendo abrangentes e universais e capazes de expressar, em suas atividades, os interesses da sociedade nacional e regional. “{...} conseguem fazer crer ao conjunto da sociedade que também os setores subordinados terão acesso às metas sociais de desenvolvimento e bem-estar propostos pelos planos” (p.361).

A presença do Estado brasileiro na Amazônia se assemelha ao papel do carrasco ou do senhor feudal. Não se comporta como parceiro nem agente ativo em prol dos povos amazônicos. O Estado brasileiro “não tem conseguido mediar as forças de ocupação com a diversidade cultural das populações; ao contrário, o Estado tem sido o principal agente de expropriação física e espiritual dos povos amazônicos” (FREITAS, e SILVA, 2010, p.57).

É verificável o déficit de políticas públicas na Amazônica marcadas pelas interrupções e até supressões e engessamentos de origem. A democracia real e a justiça social, argumenta Violeta Loureiro, convertem-se, no caso amazônico, apenas em ideias difusas e abstratas de democracia, que jazem confinadas nos programas e projetos, mas permanecem distantes ou ausentes da vida política e social de suas populações (p. 370). Exercitar as políticas públicas na perspectiva de gênero e elaborar políticas voltadas às indígenas em ambiente em que vigora a negação e a não-cidadania exige lutas grandes e permanentes. A desigualdade e a exclusão se constituem nos estados amazônicos como face da política mais eficiente e, no contexto da pandemia da COVID-19, a que mais foi aprofundada.

3 A PAUTA ‘ESQUECIDA’

O 1º Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira aprovou, após três dias de debates, nove propostas para a área da *Saúde*; oito para a de *Educação e Cultura*; dez com foco uso e cultivo da *Terra e alternativas de produção*; e sete referentes à *Participação nos movimentos indígenas*. Há 19 anos, desde a aprovação desse documento, numa histórica reunião com 70 mulheres representantes de 20 organizações e 29 povos indígenas, as mulheres estão em marchas, assembleias, atos públicos, ampliaram as organizações de representação e tentam articular com os governos condições básicas para implantar, como políticas públicas, pelo menos, parte do conjunto de reivindicações feitas.

A pauta de 2002 das indígenas da Amazônia é, em si, uma proposta que articula as dimensões de políticas públicas e de gênero no perspectivismo indígena. Ignorada pelos governos e setores decisórios da sociedade, e, ainda, de difícil penetração como conteúdo relevante da agenda definida pelas agências multilaterais, é mais um entre tantos documentos submetidos ao processo de esquecimento comandado (RICOEUR, 2007, p.448) afeito aos governos ditatoriais e aos governos talhados pelo neoliberalismo.

Na gestão atual do governo brasileiro, uma das marcas é o dismantelamento de espaços estratégicos como canais de interlocução com setores sociais e povos excluídos. O papel de pensar políticas públicas que tenham condições de fazer avançar a cidadania e a democracia está desfigurado.

A ordem vigente é “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”¹, que deixa como saldo um solo ferido e realça o retorno ao ideário do projeto desenvolvimentista de caráter autoritário e lesivo das políticas públicas para a região e o seu caráter perverso (VIOLETA LOUREIRO, 2014, p. 372).

Os indígenas seguem em marchas. E marcham juntos, homens, mulheres, crianças, idosos e jovens, com seus instrumentos de comunicação, anunciando o porquê das marchas e a determinação nos passos dados sobre o asfalto quente das ruas de uma Manaus dividida entre apoio e discriminação. As mulheres e as crianças são presenças fortes, aquelas que alimentam a coragem dos homens para continuarem, pois, quando sozinhos “ficam descontrolados e, nós, buscamos o equilíbrio” quando as coisas estão mais difíceis (VIEIRA, 2017, p.124).

Em 9 de agosto de 2020, um coletivo de organizações indígenas e não indígenas² apresentou a primeira versão da Declaração de Princípios dos Povos Indígenas do Amazonas. A cartilha *(Re)existindo no presente e (Re)construindo o Futuro*, é filha da IV Marcha dos Povos Indígenas do Amazonas, ocorrida em Manaus, no mês de dezembro de 2019. Setecentos indígenas (dados da coordenação da marcha) percorreram ruas, visitaram instituições do governo e do parlamento e apresentaram, em cada órgão, uma pauta mesclando denúncias de ameaças contra suas vidas e pedidos de providências e de parcerias nas áreas da educação, da saúde, de proteção à terra, às culturas e à produção de alimentos.

O documento também é exercício de outra pedagogia de escuta e de escrita. Até ser concretizado, no formato cartilha, com 12 páginas, passou por etapas de: reunião do conteúdo de falas feitas na IV Marcha, sistematização do material coletado e apresentação do texto às comunidades indígenas em um tempo de maturação de aproximadamente um ano. Foram designados princípios dos povos indígenas do Amazonas: o Bem-viver; a Autodeterminação; o Protagonismo; o Território; a Identidade e a Diversidade; a Interculturalidade e as Alianças. Cada um desses princípios está fundamentado.

A Declaração de Princípios, norteadora às novas gerações sobre o SER Indígena, reforça integralmente as propostas das mulheres indígenas de 2002 e é, igualmente, base preciosa na arquitetura de outras propostas possíveis em políticas públicas voltadas aos povos indígenas, de gênero

¹ Efeitos da “passada da boiada” podem ser percebidos em inúmeras matérias jornalísticas. Selecionamos duas:

<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2020/05/em-reuniao-de-ministros-salles-defendeu-que-governo-bolsonaro-passe-a-boiada-no-meio-ambiente/> acesso em 2 de março de 2021; e <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/11/salles-e-preservado-enquanto-desmate-acelera-em-direcao-ao-ponto-de-nao-retorno.shtml> - acesso em 2 de março de 2021

² Contribuíram na elaboração da Declaração de Princípios dos Povos Indígenas do Amazonas, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI-Norte I); o Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas (FOREEIA); a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (FAMDDI); e o Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES).

e com potencial para contemplar outros grupos sociais (os da agricultura familiar, pequenos pescadores, coletores florestais). Juntos, os dois documentos quebram silenciamentos e se manifestam pelas brechas dos atos de solidariedade e da resistência para produzir interrogações aos governos e às agências multilaterais (Banco Mundial, ONU, Unesco, OCDE, BIRD, FMI, OIT...), estas por terem participação demarcadora nos modelos de políticas públicas adotados em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Faltam respostas.

Na Amazônia, noções de uso naturalizado em outros espaços requerem ser compreendidas a partir da complexidade que abrigam e que são reveladoras de especificidades, um cuidado que governos e instituições afeitas a práticas autoritárias suprimem ao recorrerem ao uso da generalização das coisas e das gentes amazônicas. A ideia de *centro e periferia*, de acordo com Marcílio de Freitas e Marilene Corrêa da Silva Freitas (20002), é uma delas, e pede outras interpretações capazes de contemplar os permanentes *deslocamentos* do poder econômico-financeiro, os bolsões de pobreza, as questões étnico/raciais, o desemprego, a violência institucional, a degradação ambiental, a existência e modos de vida dos povos indígenas, os projetos pautados e em realização.

4 DEMOCRACIA INCOMPLETA

O que tem a ver as propostas formuladas há 19 anos pelas mulheres indígenas da Amazônia e, no geral, do movimento indígena amazônico com políticas públicas de gênero? Eis um dos questionamentos a ser exaustivamente feito em todos os ambientes em que a questão '*políticas públicas e Amazônia*' esteja e venha a ser abordada. A interrogação é um primeiro passo, abre espaço para as revisões críticas e aos posicionamentos que possibilitem à ruptura do pacto medíocre de longa duração que mantém como capenga a experiência democrática no ambiente amazônico e impede a concepção e implantação de modelagens de políticas públicas inovadoras, progressistas no enfrentar as raízes das desigualdades.

Reconhecer o terreno, os limites e os desafios para alcançar as políticas públicas de gênero é uma necessidade da qual não se pode abrir mão, adverte Maria Lúcia da Silveira. É esse movimento que irá estabelecer novas pautas políticas, elaborar estratégias para identificar e articular sujeitos capazes de sustentá-las, demandá-las, formulá-las, articulá-las no interior da máquina do Estado em seus níveis federal, estadual e municipal (2003, p.66).

Santos reitera que a democracia, seja a liberal ou a radical, não poderá ser concretizada na totalidade enquanto as dinâmicas coloniais/raciais mantiverem grande parte ou, em alguns casos, a maioria da população sob o estatuto de cidadãos de segunda (2010, p.432). Na Amazônia, a ideia de raças inferiores se constituiu em imagem que habita as mentes de bilhões de pessoas. Desconstruí-la remete à mobilização das forças sociais da região e ao esforço de articular, permanentemente,

diferentes setores passando por governos, espaços de formação dos recursos humanos, da postura institucional, percepção da mídia, da política cultural e do perfil de posicionamento dos movimentos sociais.

É sintomática a falta de dados, por parte do governo, quando o tema é o universo amazônico. Os avanços tecnológicos não são utilizados em favor de um planejamento governamental que inclua informações mais seguras sobre as populações amazônicas. O Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no documento Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, apresenta um panorama da situação dos povos indígenas. Nele alguns elementos reforçam a emergência de políticas públicas adequadas que tenham centralidade nos povos indígenas e nas mulheres indígenas ((FUNASA, 2002, p.12). Dois tópicos desse documento são aqui citados:

- 1) “Não se dispõe de dados globais fidedignos sobre a situação de saúde dessa população, mas sim de dados parciais, gerados pela FUNAI, pela FUNASA e diversas organizações não-governamentais ou ainda por missões religiosas que, por meio de projetos especiais, têm prestado serviços de atenção à saúde aos povos indígenas. Embora precários, os dados disponíveis indicam, em diversas situações, taxas de morbidade e mortalidade três a quatro vezes maiores que aquelas encontradas na população brasileira em geral. O alto número de óbitos sem registro ou indexados sem causas definidas confirmam a pouca cobertura e a baixa capacidade de resolução dos serviços disponíveis.
- 2) “Em relação à morbidade, verifica-se uma alta incidência de infecções respiratórias e gastrointestinais agudas, malária, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, desnutrição e doenças preveníveis por vacinas, evidenciando um quadro sanitário caracterizado pela alta ocorrência de agravos que poderiam ser significativamente reduzidos com o estabelecimento de ações sistemáticas e continuadas de atenção básica à saúde no interior das áreas indígenas.

Nos tópicos acima situações críticas são reveladas e o que elas deveriam produzir? Resposta: meios para mudar a realidade a partir de mapeamentos que pudessem gerar estatísticas tecnicamente mais confiáveis e ações de enfrentamento às doenças, ao elevado índice de morbidades e de mortes. O atual quadro dos indígenas, assinala a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (<https://apiboficial.org/>) é dramático para a maioria dessas populações.

As propostas das mulheres indígenas da Amazônia, em 2002, e os indicadores regionais de desenvolvimento humano e ambiental daquela época, se recepcionados como ingredientes de importância, teriam contribuído para instaurar políticas públicas diferenciadas e gerar condutas que se implicariam na permanente avaliação para enfrentar o quadro de severas dificuldades e de ameaças aos povos indígenas, às mulheres e crianças. E essas ações estariam configuradas no sentido mais amplo do aprofundamento de princípios da democratização do Estado brasileiro.

Ao contrário, são agravados os conflitos nas comunidades indígenas, espremidas em seus territórios pelos projetos de expansão do capital. Na atualidade, as terras indígenas são objetos de arranjos de diferentes ações do governo federal e de grupos empresariais nacionais e multinacionais que culminam com atos de expulsão e de confinamento de indígenas ou ainda a pressão oficial pela liberação das terras a fim de assegurar à exploração dos recursos hídricos, minerais, florestais.

Um dos conflitos, o de Humaitá (município amazonense a 675 quilômetros de Manaus, na região do Alto Rio Madeira), em novo confronto, no mês de dezembro de 2013, envolvendo os índios Tenharim, os não índios que ali moram, parte deles imigrantes de outros países e regiões brasileiras para lá chamados na “missão” de “povoar as terras”, e os usuários da estrada federal (BR-230, a Transamazônica, inaugurada em 1972), é exemplo dos recuos e dos retrocessos nas políticas públicas concebidas para a Amazônia. Os Tenharim são páginas de um mesmo enredo histórico: a incapacidade do Estado brasileiro de compreender e tratar a Região Amazônica com a complexidade singular que ela encarna.

No contexto de pandemia da Covid-19, a desigualdade e a violência contra as mulheres foram aprofundados. Os desempregados somam 14,1 milhões e a taxa de desocupação entre as mulheres alcançou 17,2% (a de homens, 11,9%)³. A direção da AMARN, em Manaus, recorreu às campanhas para conseguir alimentos, medicamentos e apoio psicológico a 70 mulheres associadas e suas famílias diante da ausência de políticas governamentais que as socorressem em tempo hábil. Esse tem sido o instrumento utilizado por outras organizações indígenas para suprir minimamente necessidades básicas das comunidades.

O relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgado em 9 de março, apresenta a prevalência da violência contra as mulheres no mundo⁴ e recomenda que “os países devem honrar seus compromissos de maior e forte vontade política e liderança para enfrentar a violência contra as mulheres em todas as suas formas, por meio de:

- . Políticas sólidas de transformação de gênero, desde políticas em torno de cuidados infantis a salários iguais e leis que apoiam a igualdade de gênero;
- . Uma resposta reforçada do sistema de saúde que garante o acesso a cuidados centrados no sobrevivente e encaminhamento para outros serviços conforme necessário;
- . Intervenções escolares e educacionais para desafiar atitudes e crenças discriminatórias, incluindo educação sexual abrangente;

³ Consultar <https://www.brasilefato.com.br/2020/12/23/ibge-desemprego-bate-novo-recorde-e-aumenta-quase-40-em-seis-meses> - acesso em 6 de março de 2021

⁴ Ver o Relatório da OMS em <https://www.who.int/news/item/09-03-2021-devastatingly-pervasive-1-in-3-women-globally-experience-violence> - acesso em 9 de março de 2021.

. Investimento direcionado em estratégias de prevenção sustentáveis e eficazes baseadas em evidências em níveis local, nacional, regional e global;

. Fortalecer a coleta de dados e investir em pesquisas de alta qualidade sobre a violência contra as mulheres e melhorar a medição das diferentes formas de violência vivenciadas pelas mulheres, incluindo aquelas que são mais marginalizadas.

Qual é a importância que governos (federal, estadual e municipal) e as instituições darão ao documento da OMS? As formas de ocultar as vozes amazônicas permanecem validadas por governos e setores alinhados a um tipo de democracia incompleta, fragilizada e sobre ataques. Os pactos e as recomendações feitos diluem-se diante de outras prioridades que não contemplam eticamente nem os povos nem as mulheres. Os danos à espiritualidade desses povos, bens simbólicos e cosmológicos que nos dizem respeito direito, sequer são considerados.

Confeccionar outra matriz de políticas públicas e de gênero na Amazônia passa pela exigência de construir avanços reais na democracia nacional/regional/local, a partir da superação de determinadas alianças e negociações que ‘seguram’ os passos dos movimentos sociais progressistas e acatam agendas elaboradas para não serem cumpridas ou depositárias do molde político neoconservador.

A democracia na Amazônia, para trilhar o caminho da continuidade e do aprofundamento requer, entre outros atos, que sejam retirados da condição de alfarrábios as pautas produzidas e apresentadas publicamente pelas mulheres indígenas (a de 2002 não prescreveu), pelos movimentos indígenas e o conjunto dos movimentos populares que reúnem as vozes do sofrimento, da jornada por direitos, da denúncia dos ataques sofridos, das condições em que se encontram. Também, na determinação de tecer alianças de seiva forte para, no presente, construir outro futuro alicerçado em valores da cidadania, da autonomia e da liberdade – fibras da democracia formal e substancial - capazes de operar transformações que rompam com os garrotes historicamente utilizados, inclusive com nome de políticas públicas embrulhadas no projeto de ‘integração’ dos povos amazônicos.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Noberto. O Futuro da Democracia. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 9ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2000;
- BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 2ª edição. Editora Universidade de Brasília. Coordenação de Tradução: João Ferreira. 1986;
- Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional do Índio, 2002;
- DECLARAÇÃO de Princípios dos Povos Indígenas do Amazonas. Manaus. Agosto de 2020;
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista USP, Brasil, n. 17, p. 86-101, mai. 1993, ISSN 2316-9036. Disponível em: [HTTP://www.revista.usp.br/revusp/article/view/25959/27690](http://www.revista.usp.br/revusp/article/view/25959/27690). Acesso em 04 jan. 2014;
- FARAH, Marta Ferreira. Gêneros e Políticas Públicas. Estudos Feministas, Florianópolis; 12 (1): 360, janeiro-abril/2004
- FREITAS, Marcílio de.; SILVA, Marilene Corrêa da. Estudos da Amazônia Contemporânea – Dimensões da Globalização. Edua, Manaus. 2000;
- FREITAS, Marcílio de.; SILVA, Marilene Corrêa da.; BARROS, Marcus. Diálogos com a Amazônia. Valer Editorial. Manaus.2010;
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia. Homem. Natureza. 3ª edição atualizada. Editora Cultural Brasil. Belém. 2014;
- MONTEJO, Paulino, e VIEIRA, Ivânia. Cartilha I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Coiab, Manaus, 2002;
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François et al. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2007;
- RIBEIRO, Renato Janine. A Democracia. PubliFolha. 3ª edição. 1ª Reimpressão. São Paulo. 2013;
- SILVEIRA, Maria L. de. Políticas Públicas de Gênero: a agenda política na perspectiva da igualdade. Trabalho apresentado em São Paulo, na URBIS 2003.
- SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia, Manaus, Edua, 2000;
- SANTOS, Boaventura Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. 2ª edição. Editora Almedina, Coimbra, Portugal. 2010;
- VIEIRA, Ivânia. Lugar de Mulher – A participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas do Estado do Amazonas. Tese. UFAM/PPGSCA, Manaus. 2017;
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.